

O MONOPÓLIO DAS TEORIAS ANGLO-SAXÃS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THE MONOPOLY OF THE ANGLO-SAXON THEORIES IN THE STUDY OF THE INTERNATIONAL RELATIONS

Williams Gonçalves ¹

Leonardo Valente Monteiro²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar o estado da arte do estudo das relações internacionais no Brasil, centrando-se especialmente na influência para este campo das chamadas teorias das relações internacionais. Parte-se da tese de que o monopólio anglo-saxão de produção teórica nesta área compromete a construção de uma disciplina com perspectivas nacionais e regionais, comprometendo sua utilidade para o desenvolvimento, e tornando-a mais um importante instrumento de manutenção do *status quo*. Destaca os problemas resultantes da transformação de apenas um olhar teórico sobre as relações internacionais, vendendo um recorde de mundo como a única forma de se entendê-lo, e ressalta a importância da quebra desses paradigmas e o desenvolvimento de novos modelos teóricos e novas formas de se pensar a disciplina.

PALAVRAS-CHAVE:

Teoria das Relações Internacionais; Teorias Anglo-Saxônicas; Desenvolvimento econômico-social brasileiro; Autonomia Política; Inserção Internacional do Brasil.

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the state of the art study of international relations in Brazil, focusing especially on the influence of the theories of international relations. It starts with the idea that the Anglo-Saxon monopoly theoretical work in this area is committed to building a discipline with national and regional perspectives, compromising their usefulness for development, and making it an important tool maintenance of the status quo. Highlights the problems resulting from the processing of only a theoretical look at international relations, selling a world record as the only way to understand it, and highlights the importance of breaking these paradigms and the development of new theoretical models and new ways of thinking about the discipline.

1 Williams Gonçalves: Doutor em Sociologia pela USP; Chefe do Departamento de Relações Internacionais da UERJ; Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ; Colaborador Permanente do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval; Conferencista Especial da ESG.

2 Leonardo Valente Monteiro: Doutor em Ciência Política pelo IESP/UERJ; professor de Relações Internacionais e do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ); coordenador do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ (LEA/UFRJ).

KEYWORDS:

International Relations Theory; Anglo-Saxon Theories; Economic-Social Brazilian Development; Political Autonomy; Brazilian International Insertion.

Introdução

O estudo das relações internacionais no Brasil, desde que se generalizou a partir dos anos 1990, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, apresenta uma característica muito marcante, qual seja a desmedida dedicação às Teorias das Relações Internacionais. De modo geral, estudar Relações Internacionais tornou-se sinônimo de estudar Teoria das Relações Internacionais. Nada é considerado mais importante que isto. O conhecimento a respeito das correntes teóricas anglo-saxônicas, os nomes dos estudiosos mais importantes, os debates travados entre eles, e o conhecimento de todas as novidades teóricas por eles produzidas são coisas consideradas muito mais importantes do que o conhecimento da realidade brasileira e da inserção internacional do Brasil. Os estudiosos brasileiros das relações internacionais costumam apresentar grande fluência em citar teóricos anglo-saxões de todas as tendências, mas habitualmente costumam revelar certa dificuldade em se expressar sobre a realidade nacional.

O que se pode dizer a respeito disso? É assim mesmo que deve ser ou isso é estranho e merece alguma reflexão? Um quadro como esse suscita diversas questões, que podem ser pensadas de diferentes pontos de vista. A primeira questão serve como bom fio condutor para a análise, é a seguinte: para que serve a teoria? Qual é a utilidade da teoria nas Ciências Sociais e, mais especificamente, qual é a utilidade de uma teoria das Relações Internacionais? Privilegiar o estudo das teorias em detrimento do estudo da realidade faz algum sentido? Além destas interrogações, podemos também acrescentar as seguintes: esse estado de coisas tem alguma importância? É algo inofensivo ou tem alguma consequência negativa? Tentar precisar, portanto, o status da teoria no âmbito do trabalho acadêmico, especificamente na construção das relações internacionais como campo de estudo, é o principal objetivo deste trabalho.

Teoria e seu lugar no trabalho acadêmico

A discussão sobre teoria é interminável. Faz parte do trabalho científico o permanente questionamento sobre a adequação da teoria às necessidades da Ciência. Não é o caso de nos determos nessa discussão geral. O que interessa, neste caso, é tentar elucidar o lugar dos estudos teóricos no trabalho analítico desempenhado pelos estudiosos de Relações Internacionais. Para tanto, primeiramente, bastanos lembrar de que existem diferentes concepções de teoria, que, por sua vez, correspondem a diferentes inscrições teóricas e filosóficas de seus elaboradores. Grosso modo, é possível distinguir teorias filosóficas e teorias científicas; teorias gerais e teorias parciais; e, teorias explicativas e teorias compreensivas.

Pelo fato do objetivo deste trabalho não ser o de discutir essas complexas questões, que nos exigiriam longa digressão, desde logo recorreremos a uma definição de teoria nas ciências humanas, aquela elaborada por Dortier (DORTIER, 2010, 610): “conjunto de conceitos, de proposições e de modelos articulados entre si cujo objetivo é explicar um fenômeno (as teorias do desenvolvimento, a teoria da luta de classes, a teoria quântica, etc.)”.

A definição do autor satisfaz aos propósitos aqui definidos porque ele indica clara e simplificada o objetivo da teoria, que é a de proporcionar o conhecimento da realidade. A teoria existe para cumprir essa finalidade: gerar o conhecimento dos fenômenos. No caso das teorias das Relações Internacionais, gerar conhecimento dos fenômenos atinentes à realidade das relações internacionais. Ainda que possa parecer óbvio, o objetivo do trabalho teórico deve ser sublinhado.

A teoria é, portanto, um meio. O meio pelo qual o sujeito que quer conhecer obtém acesso à realidade. Considerando-se que a realidade na sua totalidade é incognoscível em sua amplitude e em sua riqueza, o sujeito não pode ter acesso direto a ela. Caso fosse possível o acesso direto à realidade em sua totalidade, o sujeito não obteria conhecimento sobre ela, mas sim uma duplicação dela. Por isso, faz-se necessário a teoria. Nesse sentido, a teoria é uma simplificação abstrata, formulada a partir da observação empírica do real, que instrumenta o sujeito em seu trabalho de investigação da realidade em busca do conhecimento mais próximo possível da verdade. Conhecimento que o esclarece o sujeito e que o orienta para intervir e mudar a realidade. Assim sendo, quanto mais articulada for a teoria, quanto mais densos e concatenados entre si forem os conceitos, mais credível será o conhecimento do sujeito e, por consequência, mais esclarecida poderá ser a intervenção dos agentes sociais na realidade.

Disso se deduz que a teoria é de fundamental importância para o trabalho de investigação científica. Sem teoria simplesmente não pode haver ciência. Por isso, a reflexão sobre o emprego da teoria é, e não pode deixar de ser, incessante em qualquer área da ciência. Todavia, há que se ter muito claro que a teoria é uma ferramenta que possibilita o acesso ao real, mas não pode substituir a realidade e tampouco pode ser confundida com ela. O sentido da discussão teórica é o aperfeiçoamento dessa ferramenta, com vistas a se alcançar o conhecimento mais credível possível da realidade. A teoria demonstra sua utilidade social proporcionando o conhecimento mais profundo da realidade, de modo a propiciar, por sua vez, a intervenção política mais esclarecida possível. Embora as disputas acadêmicas envolvam glória, prestígio, poder e financiamento de mais pesquisas, sua finalidade última somente pode ser a de gerar conhecimento válido da realidade. Se se perde de vista esta finalidade última do trabalho científico, independentemente das questões sociais que cercam o trabalho científico no

interior das instituições, as disputas teóricas passam a ser mero entretenimento socialmente inútil.

As condições sob as quais se realiza o trabalho de produção de conhecimento teórico é outro aspecto muito importante, que não pode ser negligenciado quando se discute a respeito do papel da teoria. A produção teórica é trabalho intelectual socialmente determinado. O cientista que se dedica à produção teórica não pode se subtrair das circunstâncias nas quais está inscrito. Os problemas que ele percebe e as questões que ele levanta são tanto condicionados pelos seus vínculos institucionais, como o são pelas suas posições políticas e pelas suas afiliações ideológicas. Na condição de agente social, o cientista inescapavelmente se acha envolvido pela teia cultural de seu meio social. Não há como transcender essa condição; não há como se colocar em uma posição externa, isento dos valores que permeiam a vida em sociedade. O que não implica em discutir questões como objetividade e imparcialidade na pesquisa. Tanto a objetividade como a imparcialidade se dão no respeito devido pelo pesquisador aos preceitos teóricos e no rigor metodológico com que conduz a pesquisa, mas a produção teórica é resultante do trabalho de um indivíduo, de um grupo de indivíduos ou de uma instituição que integram uma dada sociedade em um dado momento.

Apesar de todas as diferenças que separam o trabalho científico das ciências da natureza e exatas das ciências humanas e sociais, em ambas as áreas os cientistas igualmente formam parte das relações sociais de seu lugar e de sua época. Quanto a isso não existe qualquer diferença. Entretanto, tem toda razão Seitenfus (SEITENFUS, 2004, 5) ao afirmar que o estudioso das Relações Internacionais, muito mais que os demais cientistas sociais, além dos condicionantes sociais conhecidos, também se encontra condicionado “pelo horizonte espacial que a ele se oferece”. Ou seja, em mundo dividido em Estados-nação, o vínculo nacional do cientista, a princípio, constitui outro importante fator condicionante de seu trabalho. Embora seja possível argumentar que essa condição não pode ser atribuída exclusivamente ao estudioso das Relações Internacionais, uma vez que todos os demais cientistas de todas as outras áreas também se inserem num espaço nacional qualquer e igualmente mantém vínculo nacional, é necessário não esquecer que a especificidade do trabalho do cientista voltado para o estudo das relações internacionais é produzir conhecimento para consumo do Estado. A utilidade social dos estudos de Relações Internacionais está em produzir conhecimento que se oferece às instituições do Estado, para que os homens que as dirigem possam melhor se instrumentar de modo a tomar as decisões mais convenientes aos interesses do Estado a que servem. Evidentemente que esse conhecimento também é útil para a formação de cidadãos conscientes e esclarecidos, que mediante esse conhecimento podem alcançar melhor

entendimento dos problemas internacionais e também acompanhar criticamente a ação de seu Estado na política internacional, porém não deve haver dúvida que os principais interessados no conhecimento produzido pelos estudiosos das Relações Internacionais são as instituições do Estado envolvidas diretamente nas relações internacionais. Se assim não fosse não faria nenhum sentido o Estado financiar esses estudos, seja reconhecendo cursos universitários, seja concedendo bolsas de estudos, seja financiando pesquisas e *think tanks* dedicados às Relações Internacionais. Em vista dessa marcante característica das Relações Internacionais, a inscrição social do cientista tem um peso significativo em sua produção de conhecimento. A janela através da qual o cientista vislumbra o mundo é um elemento condicionador de sua reflexão. Afinal, o mundo visto a partir de Washington é muito diferente daquele visto de Montevidéo, assim como o mundo visto de Paris é igualmente muito diferente daquele visto de Maputo ou de Teerã.

Uma possível objeção a essa ideia pode ser feita por meio do argumento de que a disciplina Relações Internacionais constituiria o domínio do relativismo absoluto, o que, na verdade, representaria a negação de qualquer trabalho a ser reconhecido como científico. Teria inteira razão quem assim argumentasse, caso de fato houvesse diferentes teorias das relações internacionais de nacionalidade uruguaia, norte-americana, francesa, moçambicana ou iraniana. A realidade, todavia, não é esta. Não existem essas teorias. Antes pelo contrário, apesar de o lugar de onde se produz a teoria ter considerável peso em seu processo de produção, a produção teórica norte-americana reina absoluta no mundo acadêmico. Isto significa que, na maior parte do mundo, as relações internacionais são analisadas mediante o uso de teorias produzidas nas instituições norte-americanas. Como reconhecimento dessa realidade, o estudioso Stanley Hoffmann, p. e., não hesita em afirmar que Relações Internacionais é uma ciência norte-americana (HOFFMANN, 1991, p. 17).

No seu artigo – An American Social Science: International Relations –, publicado originalmente pela revista *Daedalus* em 1977, Hoffmann explica as razões pelas quais os acadêmicos norte-americanos “inventaram” e têm conservado a disciplina Relações Internacionais com as características que a distinguem desde o início.

Segundo ele, as circunstâncias da criação devem ser separadas das condições do desenvolvimento da disciplina. Depois de considerar que a problemática das relações internacionais reclamando estudo científico específico somente se formou com a crescente complexidade das relações internacionais globais e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Hoffmann conclui ter sido a transformação dos Estados Unidos em grande potência que suscitou entre os norte-americanos a necessidade de conhecer a realidade internacional. A

existência de uma elite política com um projeto de poder em um meio social predisposto a acreditar que a ciência pode resolver todos os problemas que se apresentam aos homens em sociedade levou, de acordo com Hoffmann, a disciplina Relações Internacionais a prosperar nos meios acadêmicos dos Estados Unidos.

Três fatores institucionais combinados, somente encontrados nos Estados Unidos, serviram, segundo nosso autor, como impulsionadores da disciplina. O primeiro deles é o vínculo direto que liga o mundo acadêmico ao “mundo do poder”. Ao contrário do que se passa em outras partes do mundo, nos Estados Unidos o mundo acadêmico é consciente que o conhecimento se produz para o Estado e para a sociedade. O mundo acadêmico é parte do Estado e trabalha para municiá-lo de conhecimentos que possam fortalecê-lo ainda mais. Não existe nenhuma espécie de pudor em relação a isso, e os acadêmicos transitam da academia para as instituições de Estado de modo natural. Enfim, a ideia tão arraigada em outras partes do mundo de sociedade contra o Estado não existe nos Estados Unidos. Servir ao Departamento de Estado, à CIA ou a qualquer outra agência de segurança, inteligência e espionagem não é motivo de espanto ou desdém entre os acadêmicos daquele país. O segundo fator são as circunstâncias políticas. Para Hoffmann, essa excelente relação dos acadêmicos com as instituições do Estado resulta numa numerosa participação de egressos do mundo acadêmico não apenas nas instituições de Estado, mas também e principalmente à frente de fundações e agências financiadoras de pesquisa. Num país de recursos financeiros fartos, esse entrelaçamento de academia e instituições de Estado significa abundância de recursos para os estudos sobre as relações internacionais. Por último, o terceiro fator, denominado por Hoffmann de oportunidades institucionais. Para ele, isso se traduz na grande flexibilidade existente nas universidades norte-americanas, aliado ao índice de ensino superior massivo, que permite e também induz os acadêmicos a uma especialização cada vez maior, bem como induz a uma intensa competição entre eles. A liberdade de que gozam para desenvolver suas pesquisas determinaria, portanto, esse estímulo constante para o desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais.

A convergência dessas circunstâncias com esses fatores singularizam indelevelmente a disciplina Relações Internacionais. Para Hoffmann, as marcas da tipicidade norte-americana podem ser assim enumeradas. Primeiramente, a busca da certeza, da exatidão. Os estudiosos empenham-se permanentemente em formular aquela teoria geral capaz de produzir uma análise exata, assim como prever o futuro com toda a precisão. Em segundo lugar, o acento sobre o presente. A análise está sempre centrada na atualidade, quase nunca se recorre ao conhecimento histórico, e quando se o faz prepondera uma visão colegial da História, sempre esquemática e simplificada. Em terceiro lugar, os

estudiosos somente se interessam pelas relações entre as grandes potências, que, naturalmente, envolvem os interesses dos Estados Unidos. Do ponto de vista do conhecimento, significa que nada do que acontece no mundo interessa se não estiver relacionado aos interesses dos Estados Unidos. Do ponto de vista político, isso significa que o interessa debater é o que convém aos interesses nacionais dos Estados Unidos.

A penetrante análise de Hoffmann consegue apontar as razões que levaram o mundo acadêmico norte-americano a criar a disciplina Relações Internacionais e a promover seu incessante desenvolvimento. Por meio do seu estudo faz-se possível entender as mais importantes características que tem acompanhado a disciplina ao longo de sua evolução. Entretanto, Hoffmann não é capaz de explicar por que essa disciplina não floresceu em outros países, mesmo naqueles onde existem sólidas instituições universitárias e cujos países já figuraram no sistema internacional como grandes potências. É necessário que existam reunidas exatamente todas aquelas mesmas condições que cercaram a criação das Relações Internacionais nos Estados Unidos para que a disciplina se desenvolva em outras partes do mundo? Essa resposta Hoffmann não nos dá.

O Professor britânico Arthur John Richard Groom, por outro lado, ao se propor a analisar a situação dos estudos de Relações Internacionais na Europa – *The world beyond: the European dimension* – num livro bastante conhecido (*Contemporary International Relations – A Guide to Theory* (GROOM, LIGHT, 1994, p. 219), afirma que o idioma inglês é a língua franca das Relações Internacionais. Segundo ele, o fato de “as fundações da disciplina terem sido assentadas com argamassa de molde anglo-saxão” tornou o predomínio da língua inglesa inevitável. Ao mesmo tempo em que considera o idioma inglês indissociável das Relações Internacionais, Groom reconhece que em virtude de sua estrutura, de suas metáforas e de seu vocabulário qualquer língua impõe um modelo de pensamento que reflete uma cultura particular, ainda que a vocação das Relações Internacionais seja a sociologia política da sociedade global. Por isso, todos aqueles que, em qualquer parte do mundo, se lancem à análise das relações internacionais usando os estudos teóricos formulados pelos acadêmicos norte-americanos não podem escapar de perceber a realidade das relações internacionais segundo o entendimento desses teóricos a respeito do que é relevante nessa realidade e que deve, por conseguinte, ser concebido como objeto científico.

A reflexão de Groom é muito pertinente. Não há como rejeita-la. Como ele também observa, mesmo que os textos sejam traduzidos para outras línguas, as marcas da maneira anglo-saxã de se exprimir não desaparecem no texto traduzido. A propósito disso, é muito interessante perceber como muitos estudiosos brasileiros das Relações Internacionais adotaram o modo anglo-saxão de se exprimir qualificando as teorias e os modelos analíticos como elegantes

(elegant), a ponto de tornar essa expressão comum na literatura acadêmica. A maneira dos acadêmicos brasileiros exprimirem a ideia das virtudes de uma teoria, no passado, era qualifica-la como coerente. Isto é, uma teoria se revela coerente quando seu corpo conceitual articula-se harmonicamente, apresentando certa racionalidade, e proporcionando, mediante seu uso, análises confiáveis. Todavia, o hábito de ler em inglês e muitas vezes falar nesse idioma levou a que se adotasse essa forma tipicamente norte-americana de qualificar uma teoria, enquanto na forma brasileira de se expressar o adjetivo elegante era antes reservado para ser usado junto a outros substantivos. Este pequeno exemplo de assimilação de uma forma anglo-saxã de representar o pensamento dá razão a Groom sobre a profunda influência que a estrutura linguística exerce sobre quem consome massivamente literatura anglo-saxã de Relações Internacionais.

Apesar dessa rara sagacidade em perceber o efeito produzido pelo monopólio anglo-saxão da invenção e da inovação na área das Relações Internacionais, Groom faz comentários muito curiosos. Em primeiro lugar, considera que esse monopólio é expressão de comportamento paroquial numa disciplina paradoxalmente com vocação global. Em segundo lugar, nosso autor atribui à falta de habilidade dos estudiosos dos Estados Unidos em se exprimir em línguas estrangeiras o fato de as instituições norte-americanas revelarem-se impermeáveis aos estudiosos de outros países, ao contrário do que acontece com os estudiosos dos outros países, que demonstram grande habilidade em se exprimirem em inglês. Comportamento paroquial e falta de talento para outros idiomas são, portanto, as explicações que Groom encontra para essa ampla preponderância internacional dos estudos de Relações Internacionais de matriz anglo-saxônica. Tais comentários de Groom são muito curiosos por que ele apresenta o amplo domínio da percepção norte-americana das relações internacionais sobre grande parte dos acadêmicos em tudo quanto é lugar do mundo como uma limitação dos acadêmicos dos Estados Unidos, e não como uma supremacia que os capacita a influenciar diretamente a visão de todos os demais acadêmicos a respeito das relações internacionais. A primazia acadêmica norte-americana nas Relações Internacionais, ao contrário do que muitos pensam, seria desse modo fruto da introversão e da despreensão dos acadêmicos daquele país.

O mais distinguível sintoma da injunção de elementos culturais norte-americanos por meio das Relações Internacionais, como nos adverte Groom, é a apresentação da evolução dessa disciplina em debates paradigmáticos. As etapas do progresso das Relações Internacionais são exaustivamente expostas por todos os estudos teóricos da disciplina. Constitui autêntico mantra, encontrável nos numerosos manuais produzidos pelos acadêmicos anglo-saxões. Para muitos, o conhecimento dessas etapas e o conteúdo básico de cada um dos paradigmas chega a ser considerado como sinal distintivo de inclusão na área acadêmica

das Relações Internacionais. Aqueles que pretendem ser reconhecidos como acadêmicos da área e, porventura, revelam desconhecimento sobre a ordem da evolução dos paradigmas ou não se mostram capazes de citar os nomes dos estudiosos norte-americanos mais destacados em cada uma dessas etapas e suas respectivas obras, têm sua reputação de estudiosos das relações internacionais colocada em dúvida. Diante disso, torna-se relevante a exposição, ainda que simplificada, dessas principais correntes de pensamento, fundadoras e ainda hoje dominantes no estudo das Relações Internacionais.

Os paradigmas monopolistas das Relações Internacionais

Hollis e Smith (HOLLIS, SMITH, 1990, p. 16), por exemplo, após advertirem o leitor sobre a amplitude dos debates que ocorrem no interior das correntes teóricas e sobre a porosidade das fronteiras que as separam, atesta a existência de três paradigmas que estruturaram Relações Internacionais como disciplina na academia do mundo anglo-saxão. São eles: Idealismo, Realismo e Neorealismo. De acordo com os autores, há intenso debate sobre hipóteses de trabalho e sobre métodos, porém todos de alguma maneira se reportam a esses três paradigmas. Behaviorismo, Transnacionalismo e Interdependência, Pluralismo e Institucionalismo são exemplos dessas compartimentações teóricas em que os estudiosos anglo-saxões se dividem e se reconhecem.

O primeiro paradigma – Idealismo – é aquele a partir do qual a disciplina se edificou. Sua base filosófica é constituída pela teoria política de John Locke e pela teoria da paz perpétua de Immanuel Kant. Do “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (1690), de Locke, vem a ideia que os Estados vivem em estado de natureza no meio internacional, mas que essa situação de anarquia não impede, no entanto, que os mesmos façam acordos mútuos e criem instituições que reduzam os conflitos entre eles. Da “Paz Perpétua – Um Projeto Filosófico” (1795), de Kant, vem a ideia que a paz entre os Estados é possível, desde que os homens procedendo segundo os ditames da razão consigam estabelecer algumas condições de possibilidade, tais como: 1 – A constituição civil em cada Estado deve ser republicana; 2 – O direito das gentes deve fundar-se numa federação de Estados livres; 3 – O direito cosmopolita deve limitar-se às condições de hospitalidade universal. Essas duas teorias filosóficas formam até hoje o alicerce da concepção liberal das Relações Internacionais e, nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, quando a disciplina começou a se esboçar, consubstanciaram-se na prática político-diplomática do presidente norte-americano Woodrow Wilson, cujo maior símbolo é o conhecido documento “Quatorze Pontos”, apresentado em janeiro de 1918 como proposta de armistício.

O segundo paradigma – Realismo – é aquele a partir do qual a disciplina se consolidou. Sua base filosófica é formada pela teoria política de Thomas

Hobbes. Apesar de se assinalar a precedência do historiador grego Tucídides e de Maquiavel como pensadores realistas da política, é o autor de “Leviatã” quem proporciona os elementos que estruturam a teoria Realista das relações internacionais. Segundo Hobbes, os Estados vivem em estado de natureza no meio internacional. Tal e qual naquele estado em que os homens viviam antes de entregar todo seu poder nas mãos do Soberano, para que ele estabelecesse as leis que pacificariam as relações sociais e garantiriam a segurança de todos, os Estados vivem em permanente insegurança. Sem a possibilidade de entregar todo seu poder a um terceiro, uma vez que isso significaria sua renúncia à condição de ente soberano, os Estados buscam permanentemente aumentar seu poder para dissuadir os demais de qualquer ato hostil contra si. E em assim fazendo, estimulam os demais a aumentar igualmente seu poder, por temerem que o aumento do poder do outro tenha por finalidade algum ato hostil contra si. Inspirada por essa teoria construída por Hobbes, segundo a qual o meio internacional é anárquico e a lógica que move os Estados é a da maximização do poder para obter segurança, ergueu-se a Teoria Realista.

O Realismo se esboça nos anos 1930, a partir da crítica ao Idealismo liberal. Suas referências principais são as obras de Reinhold Niebuhr, “Homem Moral e Sociedade Imoral” (1932) e de Edward Hallett Carr, “Vinte anos de Crise – 1919/1939” (1939). Porém, é com a publicação de “A Política entre as Nações” (1948), de Hans Morgenthau, que o Realismo assume a condição de uma teoria geral, capaz de explicar e prever o comportamento dos Estados, como a Guerra Fria podia comprovar.

O terceiro paradigma – Neorealismo – é aquele que se organiza para recuperar o prestígio do Realismo, que fora abalado pelo Transnacionalismo. A fonte de inspiração para a elaboração do Neorealismo é a obra de Jean-Jacques Rousseau, especialmente o trabalho intitulado “Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre” (1756). Ainda que Rousseau na verdade concorde com a ideia de Hobbes, que é apenas uma ilusão pensar que se possa criar uma situação de paz entre os Estados, Rousseau, diferentemente de Hobbes que deposita a culpa pelo estado de beligerância dos Estados na natureza humana, considera que as guerras são inevitáveis consequência da situação de anarquia do meio internacional. Para ele, portanto, é a condição de anarquia sob a qual os Estados vivem que determina a luta pelo poder e a ocorrência de guerras.

O Neorealismo tem por obra central o livro de Kenneth Waltz, “Teoria da Política Internacional”, publicado em 1979. Rejeitando as teses que são os homens ou então os Estados que constituem a chave explicativa das relações internacionais, Waltz adota a perspectiva sistêmica pela qual as ações dos Estados em relação aos demais são determinadas pela lógica do próprio sistema internacional. O Neorealismo exerce a função de recuperar o cerne da tese Realista procurando

eliminar o que os críticos dessa perspectiva teórica consideraram falho na teoria de Hans Morgenthau.

Posteriormente aos paradigmas considerados clássicos, foram desenvolvidas outras perspectivas teóricas nos estudos das Relações Internacionais, tanto no campo epistêmico quanto no metodológico e que, por mais que formassem aparentemente um bloco de discussão alternativa aos modelos anteriores, em nenhum momento se constituíram como teorias de natureza divergente, ou seja, apesar da nuances e embates, continuaram tratando o mundo a partir de uma visão anglo-saxã.

Quase todas as novas teorias fora dos debates envolvendo teorias clássicas são classificadas como teorias pós-modernas em relação internacionais. O Pós-modernismo surgiu desafiando o que denominou como a construção positivista do conhecimento. Essa corrente, ainda considerada marginal de pensamento no campo das teorias de Relações Internacionais, tem como expoentes, conforme citado em Sarfati (2005), os intelectuais Derrida e Foucault. Esses argumentam que não existe um modo neutro de se realizar uma pesquisa, mas sim métodos de acordo com o pensamento vigente, o que torna toda e qualquer pesquisa parcial. Sendo assim, o que é tido como verdade depende diretamente do poder dominante no dado período histórico.

Derrida tenta desconstruir a filosofia ocidental, apontando para as diferenças nas estruturas textuais que constroem o conhecimento e a essência metafísica do pensamento. Através dessa desconstrução, o autor tenta provar que toda análise dita científica é na verdade produto de um viés carregado de visões individuais do mundo (DERRIDA, apud SARFATI, 2005).

Para exemplificar o modo de pensar pós-modernista, Ashley (1986) toma o Estado, peça central da análise Realista e de outras correntes teóricas, como referência. Nas correntes teóricas anteriores, o Estado era tido como uma premissa não problemática, porém, países não são unidades “naturais”, mas sim criações humanas. Por isso, é necessário, segundo este modo de ver a teoria em relações internacionais, levar em conta a construção do espaço geográfico internacional e das relações de poder que nortearam esse padrão. A partir deste entendimento, duas grandes correntes teóricas se formaram sob a marca de teorias ditas pós-modernas: a Teoria Crítica (também conhecida como Escola de Frankfurt) e o Construtivismo.

A Teoria Crítica, utilizando-se dos pensamentos de dois dos maiores filósofos alemães, Kant e Marx, tenta desenvolver um projeto emancipatório das Relações Internacionais, voltado à eliminação de todas as formas de dominação que existem na humanidade. Tendo como fundadores Walter Benjamin, Jurgen Habermas e Herbert Marcuse, o pensamento desenvolvido na universidade de Frankfurt norteia-se principalmente em conceitos pós-marxistas (SARFATI 2005).

De forma bastante utópica, esses autores acreditam que os homens podem construir sua própria história, mas vão além de Marx ao criticarem sua ênfase nas condições materiais e nas lutas de classe. Para eles, maior valor deve ser dado aos aspectos cognitivos da dominação social, bem como a todas as formas de dominação social, não apenas entre duas diferentes classes.

O pensamento crítico kantiano é incorporado pela crença de que as afirmações ditas por certas linhas de conhecimento possuem limites, e não podem ser entendidas como verdades absolutas. Habermas afirma que não existe realidade objetiva, sendo todo o conhecimento fruto de valores identificáveis. Assim, a Teoria Crítica propõe duas tarefas: despir a epistemologia das teorias de Relações Internacionais e, em seguida, propor a construção de um discurso inclusivo com base na ética universalista.

Linklater (1996) diz que foram quatro as principais realizações da Teoria Crítica. Primeiramente, a reflexão sobre a construção social do conhecimento, no qual não há forma de avaliar objetivamente a realidade. Em segundo lugar, desmente a imutabilidade social, mostrando que há formas alternativas para a manutenção do *status quo*. Outra grande realização é a superação do Marxismo, afirmando que a luta de classes não é a única forma de exclusão social, bem como a forma de produção não é a única variável para a determinação da história e da sociedade. Por fim, a quarta realização é que a Teoria Crítica avalia as sociedades de acordo com suas capacidades de promoverem um diálogo aberto com a humanidade, para assim sobrepor a ordem soberana vigente.

Cox e Sinclair afirmam que, na história das Relações Internacionais, toda teoria é voltada para algum grupo, sempre para algum propósito. Estes autores notam que as teorias tradicionais são marcadas pela metodologia positivista e buscam apenas legitimar a ordem social e política vigente. Mas a Teoria Crítica não aceita as instituições como dadas e questiona tanto suas origens como as mudanças que ocorrem com o passar do tempo, para assim formular uma renovação. Finalizando, as circunstâncias históricas são produtos das relações sociais em um determinado espaço/tempo e por isso podem ser modificadas.

Já para o Construtivismo, “o modo pelo qual o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana, depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material” (ADLER, 1999, p.205). Dentro dos debates teóricos em Relações Internacionais, a premissa básica da abordagem construtivista é a de que o mundo está em constante transformação, pois é socialmente construído. Em adição, os atores políticos e as estruturas sociais se constituem e as ideias moldam o modo como esses atores definem a si mesmos, os seus interesses e o seu comportamento no sistema internacional. Os interesses, as práticas e as preferências dos Estados seriam, portanto, socialmente construídas,

uma vez que as estruturas sociais não existiriam de forma independente das atividades que as governam, e nem dos agentes, de seus conceitos ou motivações.

Este paradigma teórico costuma ser visto como uma nova abordagem nas Relações Internacionais. No entanto, além de não escapar de uma visão anglo-saxã, apenas sob um novo ângulo de visão de sua própria realidade, e de ter como contraponto as teorias clássicas como o Realismo e o Idealismo, utiliza como núcleo central de seu pensamento antigas premissas provenientes de textos do filósofo italiano do século XVIII, Giambattista Vico. Vico considerava que o mundo natural foi feito por Deus, mas que o mundo “histórico” é feito, constantemente, pelo homem. A história, segundo o filósofo, não é feita de maneira independente das relações humanas. O homem cria sua história e organiza os Estados, que são estruturas históricas. Esse pensamento aborda a conscientização humana necessária para focar as questões mundiais, não como algo externo à sociedade ou de estrutura dada como o sistema solar, por exemplo, mas como algo que não existiria por conta própria, que existe somente pela ligação intersubjetiva das pessoas. É, dessa forma, uma construção humana, não física ou material, e sim intelectual e/ou idealizada. Sua criação parte de ideias, pensamentos, normas, organizados por determinado grupo de pessoas em uma época e local particulares. Uma vez que existem variações nas crenças e formas de pensar entre os homens, nas relações internacionais essa também é uma afirmação válida. Porquanto o construtivismo entende que métodos científicos de estudos do caráter internacional devem ser o histórico e o sociólogo e não simplesmente o positivista.

Dessa forma, a teoria Construtivista pode ser classificada como mais uma rejeição aos postulados positivistas de Relações Internacionais, porém não nega a ciência social como tal. Apesar disso, vem sendo criticada pelos pensadores radicais liberais e realistas por não possuir um caráter de teoria substantiva, explicativa. Para Mingst (2009, p. 68) “os construtivistas compartilham a posição de que, visto que o mundo é tão complicado, nenhuma teoria totalmente abrangente é possível”.

Wendt (1992), um dos representantes mais expressivos desta teoria, ressalta a importância das interpretações, costumes, crenças e do pensamento humano em relação aos recursos disponíveis para que seja mantida a segurança. No sistema internacional de segurança e defesa, segundo os autores, há territórios, populações, armas e recursos físicos disponíveis. No entanto, as ideias e o entendimento sobre a utilização desse material em alianças e forças armadas, entre outros arranjos, são mais importantes. Constata-se, nessa análise, que o raciocínio ligado à segurança internacional é mais relevante que os meios utilizados para obtê-la, uma vez que estes recursos não têm qualquer utilidade intelectual e, isoladamente, são apenas “objetos”.

Wendt também considerou, acerca da estrutura social, a presença de três elementos fundamentais: conhecimento comum, recursos materiais e práticas. Em uma situação como a de segurança internacional o autor compreende esse sistema como problemático, pois a estrutura é formada por entendimentos subjetivos, na qual os Estados são tão desconfiados que já elaboram as piores suposições sobre as intenções dos outros atores e, conseqüentemente, agirão de forma egoísta.

Mas se o mundo é formado por uma estrutura social composta por diferentes crenças e ideais, como isso influencia e explica os diversos conflitos existentes nas relações internacionais? Os construtivistas não conseguem abordar a positividade na causalidade; consideram, portanto, a pesquisa uma questão muito mais de interpretação do que explicação. Assim, a “bola de sinuca”, expressão comumente utilizada em Relações Internacionais para explicar os conflitos, não é usada pelos construtivistas, pois o que eles, de fato, atentam é ao que compõe tal bola.

Os conflitos, ao invés de serem considerados choques entre forças, são entendidos como equívocos, como falhas na comunicação ou como desacordo. Um programa de pesquisa construtivista em meio a um conflito internacional, então, poderá ser comparado à atividade de um diplomata, que investiga a disputa com finalidade de interpretar os interesses e opiniões, objetivando a resolução do caso.

Em suma, as relações internacionais para os construtivistas são mais complexas do que a abordagem dada até então pelos demais estudiosos, mas acabam caindo em um erro fundamental: aumentam o fosso entre teoria e realidade, transformando os estudos das relações internacionais em um exercício endógeno onde a discussão teórica por si só já confere as respostas necessárias.

A discussão teórica sobre todos esses paradigmas poderia se estender por um número considerável de páginas, mas em nenhum momento se conseguiria encaixá-las em realidades que não sejam as dos países desenvolvidos. Todas essas teorias nasceram e se desenvolveram como perspectivas complementares e/ou dissonantes de suas próprias ideias e concepções de mundo, e contribuem de forma sistemática para o resto do mundo, desprovido de material próprio para este tipo de reflexão, reproduza essas mesmas ideias e perspectivas, com todas as conseqüências que isso implica.

Após essa apresentação dos paradigmas que estruturam de forma geral a disciplina Relações Internacionais, segundo Hollis e Smith, torna-se importante tecer alguns comentários, cuja finalidade é demonstrar que a visão anglo-saxã das relações internacionais condiciona totalmente o estudo e a pesquisa, conforme afirmamos na introdução.

O primeiro ponto a ser observado é a própria ideia de paradigma. Não é este o lugar para se discutir em profundidade o conceito de paradigma. Tal

como utilizado pelos estudiosos anglo-saxões das Relações Internacionais, paradigma está muito distante do conceito elaborado por Thomas Kuhn (KUHN, 1998). Ideias de Kuhn sobre Ciência Normal e Crises e Emergência das Teorias Científicas não serão aqui discutidas, mesmo porque os estudiosos das Relações Internacionais estão conscientes de que a ideia de paradigma nas Relações Internacionais nada mais é senão uma adaptação, sem maiores pretensões em relação à evolução do pensamento científico. Em vista disso, buscamos definir paradigma da maneira o mais aproximadamente possível de seu uso nas Relações Internacionais: conjunto de hipóteses racionalmente construídas, resultantes de uma determinada percepção da realidade empiricamente observada.

Os estudiosos anglo-saxões costumam se distinguir, segundo o critério das diferenças de paradigma, como Liberais, como Realistas e, em alguns casos, Construtivistas. Liberais seriam aqueles que analisam as relações internacionais através das lentes fornecidas pelas teorias políticas de John Locke e de Immanuel Kant. Realistas, por outro lado, seriam aqueles que analisam as mesmas relações internacionais através das lentes fornecidas pela teoria política de Thomas Hobbes, assim como pelas lentes apresentadas por Jean-Jacques Rousseau, em se tratando de Neorrealistas.

Ora, se essa distinção faz algum sentido, ele somente o pode fazer para os estudiosos do mundo anglo-saxão. Na verdade, se entendemos o conceito de paradigma como um modelo analítico, tal como o definido acima, existe apenas um único paradigma, que é aquele decalcado da teoria política contratualista. Não faz nenhum sentido considerar a separação de Liberais e Realistas como um critério paradigmático. Os quatro filósofos aos quais às teorias das Relações Internacionais recorrem em busca de inspiração – John Locke, Immanuel Kant, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau – compartilham “o mesmo conjunto de hipóteses racionalmente construídas, resultantes de uma determinada percepção da realidade empiricamente observada”, que é aquela que informa que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que, em determinada altura (seja do ponto de vista lógico, seja do ponto de vista histórico) decidiram firmar um pacto ou um contrato entre eles, com vistas a se estruturarem politicamente mediante a criação do Estado, para que este produzisse as leis que pacificam as relações sociais e tornam a vida de todos melhor. Julgando haver assim explicitado as razões da existência e da finalidade do Estado, qual seja o resultado da decisão de indivíduos livres e racionais situados em pé de igualdade buscando preservar suas vidas e proteger seus bens, os quatro filósofos tiveram que enfrentar o desafio de explicar as razões que impedem esses mesmos Estados a viver em paz entre eles. A resposta de todos os quatro foi praticamente a mesma, isto é, assimilando a posição dos Estados à aquela dos indivíduos na fase que antecede o pacto social, concluem que os Estados vivem em estado de natureza reproduzindo o mesmo comportamento

dos indivíduos. Sendo assim, a diferença que existe entre a teoria de cada um dos filósofos é aquela que os separa relativamente à concepção que tem do indivíduo em estado de natureza. Para Hobbes, o indivíduo nessa condição é aquisitivo, egoísta e agressivo; para Locke, o indivíduo é pacífico, porém sujeito a entrar em conflito com os demais por causa de problemas decorrentes da propriedade; e, para Rousseau, os indivíduos são pacíficos, mas acham-se expostos à vocação da propriedade de exercer opressão. Desse modo, podemos dizer que os quatro compartilham a mesma hipótese (individualista ou liberal) de que a sociedade e o Estado têm por base indivíduos que, por necessidade ou interesse, escolheram firmar um pacto de convivência.

Para que fique bem clara a distinção, o paradigma contratualista diferencia-se daqueles outros paradigmas cujas hipóteses são: primeira, a sociedade e o Estado resultam da expansão da família; segunda, a sociedade e o Estado representam a organização de classes sociais que se formam em torno da produção material de bens necessários à subsistência e reprodução do conjunto social.

A contrafação contida no discurso teórico padrão dos estudiosos anglo-saxões das Relações Internacionais, segundo o qual as teorias políticas formuladas pelos quatro filósofos que servem de base às teorias Liberal, Realista e Neorrealista das Relações Internacionais constituem diferentes paradigmas, produz efeitos importantes. O primeiro deles é restringir as possibilidades teóricas para a análise das relações internacionais. De acordo com o discurso teórico padrão anglo-saxão, somente é possível conhecer a realidade das relações internacionais mediante as teorias que se vinculam a esses paradigmas. Eles são, portanto, legitimadores da disciplina. Quem quer que seja, esteja onde estiver, e pretenda ser reconhecido como acadêmico das Relações Internacionais, precisa se mover no interior do campo assim delimitado por esse discurso. Evidentemente que essa ideia tem o poder de colocar a academia do mundo anglo-saxão, especialmente a dos Estados Unidos, como a Meca dos estudos sobre as relações internacionais. O fato de os mais importantes encontros de especialistas ser organizado por instituições norte-americanas é uma extensão natural dessa situação. O segundo efeito é que essas teorias pautam a análise, impondo as questões que são tidas como objetos relevantes. Os encontros internacionais promovidos pelas instituições mais importantes servem justamente a esse fim. O terceiro é o efeito político de impor a ideia de que o meio internacional é uma arena onde não há lugar para solidariedade e harmonia, somente para dominação e resistência. E o quarto efeito é, conseqüentemente, considerar heterodoxa e exótica qualquer outra formulação teórica que se proponha a examinar criticamente as relações internacionais.

Considerações finais

O Brasil não é o único país sobre o qual se exerce o monopólio norte-americano das teorias das Relações Internacionais. Na verdade, ele se exerce sobre quase todo o mundo. Poucos são aqueles países em que o mundo acadêmico pensa as relações internacionais segundo sua própria tradição cultural e segundo seus próprios interesses nacionais.

Poderíamos aprofundar a ideia (que ficará para outra ocasião) que pensar as relações internacionais segundo a própria tradição cultural e segundo os próprios interesses nacionais corresponde à situação de autonomia intelectual e nacional. Alcançar tal situação é um dos indicadores do desenvolvimento de um país, embora para se alcançar a situação de desenvolvimento seja necessário obter essa autonomia. Ou seja, não se alcança a situação de desenvolvimento se não se luta para alcançar a autonomia intelectual.

A respeito dessa questão, queremos finalizar essas ideias provisórias evocando a inspiradora reflexão de A. Methol Ferré – A América Latina do Século XXI (METHOL FERRÉ, 2006, 31) -, sobre a América Latina:

A autonomia intelectual é uma conquista lenta e penosa no nosso continente, ainda hoje deslumbrado com as luzes psicodélicas da urbe distante. Não conseguimos deixar de pensar em nós mesmos sem nos compararmos com o “centro”; mas não podemos sequer conquistar uma originalidade de pensamento sem sermos conscientes da nossa particular relação com ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORTIER, Jean-François. Dicionário de Ciências Humanas. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

GROOM, A. J. R., LIGHT, Margot. Contemporary International Relations: A Guide to Theory. London, Pinrrer, 1994.

HOLLIS, Martin, SMITH, Steve. Explaining and Understanding International Relations. Oxford, Clarendon Press, 1990.

HOOFMANN, Stanley. Uma ciencia social norteamericana: relaciones internacionales. In: Jano y Minerva – Ensayos sobre la guerra y la paz. Buenos Aires, GEL, 1991.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Perspectiva, 1998.

METHOL FERRÉ, Alberto, METALLI, Alver. A América Latina do Século XXI. Petrópolis, RJ; Vozes, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. Barueri,SP; Manole, 2004.

Recebido em Abril de 2015
Aprovado em Maio de 2015